



CONGRESSO NACIONAL

**REQUERIMENTO N° , DE 2017 - CMMPV
(MP n° 808, de 2017)**

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal c/c os artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **audiência pública** para instrução da MP n° 808, de 2017 – Reforma Trabalhista, com as seguintes participações:

- 1.** Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA);
- 2.** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT);
- 3.** Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT);
- 4.** Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);

JUSTIFICATIVA

A Reforma Trabalhista levada a cabo por meio da Lei n° 13.467/2017 foi realizada de maneira açodada, infringindo os princípios constitucionais e internacionais de processo legislativo democrático.

A realização de debates e consultas a toda a sociedade em matérias relacionadas ao mundo do trabalho é prevista na Convenção n° 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Infelizmente, como demonstra a resposta da OIT, no dia 10 de julho de 2017, em resposta às Centrais CUT, UGT, CTB, NCST e CSB, a reforma trabalhista brasileira não observou a mencionada Convenção.

Além disso, as Convenções nºs 154 e 155 não foram observadas e as matérias de alto impacto, notadamente, no que tange à negociação coletiva (Convenção 154) e à segurança e saúde dos trabalhadores (Convenção 155) não passaram por consulta prévia, detalhada e efetiva com as organizações representativas de trabalhadores e empregadores.

De maneira similar, a MP nº 808, de 2017, foi editada sem observar as convenções mencionadas.

É fundamental que o Congresso Nacional promova debate sobre a nova legislação, os impactos da medida provisória e das 967 emendas a ela apresentadas. por ser tema de enorme interesse social.

Desse modo, apresentamos o presente Requerimento, sobre o qual solicitamos o apoio dos nobres pares, para a oitiva das entidades nacionais representativas das carreiras e profissionais que atuam no mundo do trabalho.

Sala da Comissão, 06 de março de 2018.

Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP)

Dep. Pedro Uczai (PT/SC)

Dep. Patrus Ananias (PT/MG)

Dep. Vicentinho (PT/SP)



CD/18157.55000-98